

Antonio Gramsci e a historiografia: a Revolução Francesa na filosofia da práxis.

Sabrina Miranda Areco

Resumo

Esta pesquisa tem como tema a reflexão de Antonio Gramsci (1891-1937) sobre a Revolução Francesa, com ênfase na produção do período carcerário (1926-1937). Embora nos escritos anteriores (1919-1926) tenha tratado da temática, foi durante a redação de seus Cadernos que a mesma ganhou envergadura teórica e analítica que permite inserir o marxista italiano no debate historiográfico sobre a Revolução Francesa. Diante de um fenômeno original (Revolução Russa) e em confronto com a história do processo de configuração do Estado moderno na Itália, Gramsci retomou aquele debate. É preciso, portanto, considerar que sua análise foi essencialmente dialógica e conjugou diferentes contextos históricos e tradições políticas. Para reconstruir tal interconexão histórica e política no que tange à reflexão sobre a Revolução Francesa, o projeto abordará interlocução de Gramsci com a historiografia italiana liberal - Vincenzo Cuoco (1770-1823) e Benedetto Croce (1866-1952) - por um lado; e por outro com a produção do historiador socialista Albert Mathiez (1874-1932).

Introdução e justificativa

Os jacobinos são elementos controversos da historiografia sobre a Revolução Francesa. Se nos anos subsequentes à República Jacobina (1793-1794) os intelectuais lhes foram francamente desfavoráveis, no início do século XX pode-se falar de uma reabilitação, especialmente através da valorização da figura de Robespierre, e de uma expansão dessa historiografia jacobina e socialista nos anos posteriores ao ascenso bolchevique. A partir dos anos de 1980, a tendência jacobina foi colocada em questão por um vigoroso esforço revisionista. Essas oscilações, nos mostrou Vovelle (2000, p. 165), permitem que se reconstrua uma história das recepções ou ecos da Revolução: nesses dois séculos, o jacobinismo foi operado tanto por historiadores anti-revolucionários como por marxistas-leninistas e foi sob impacto dos eventos dos anos 1830, 1848, 1871, 1917 e mesmo 1968 que o conceito foi retomado com maior ênfase na política e na produção intelectual (VOVELLE, 2000, p. 165).

E foi sob o contexto de embate pela Revolução Russa que Gramsci aproximou-se da produção de Albert Mathiez, sendo que o elemento principal dessa interlocução reside na positividade que ambos atribuíram aos acontecimentos revolucionários na Rússia e na construção de uma identidade entre o grupo atuante de 1793-1794 e os bolcheviques. Isso significou, tanto para o membro do PCd'I como para o socialista francês, uma mobilização do conteúdo histórico com a finalidade de compreensão do processo revolucionário em curso. A análise de Mathiez sobre a Revolução e os jacobinos foi fundamental para as reflexões de Gramsci: seu *La Révolution française* (1922) foi a principal fonte historiográfica sobre a temática no período do cárcere¹. A

¹ De acordo com Guerratana (1977), Gramsci tinha no cárcere os três volumes da obra de Albert Mathiez (*La Révolution française*). Ele já dispunha do volume I (*La chute de la Royauté*) e II (*La Gironde et la Montagne*), quando solicitou o volume III (*La Terreur*) de *La Révolution française* - todos em primeira edição de 1922 publicados pela *Librairie Armand Colin* (L.

interlocução, no entanto, remontava ao período anterior à prisão, quando Gramsci traduziu para o italiano o texto *Le bolchevisme et le jacobinisme* de 1920. Essa aproximação implicou na superação do antijacobinismo de juventude do marxista italiano, posição decorrente da influência de Benedetto Croce e Giovanni Gentile (LOSURDO, 2006, p. 301) e também de Georges Sorel (GERVASONI, 1998; MEDICI, 2000; GALASTRI, 2010).

A temática da Revolução na França exigiu de Gramsci uma abordagem das obras sobre a Itália e o *Risorgimento*, em que Vincenzo Cuoco e Benedetto Croce são fundamentais. A partir de Cuoco e seu *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli* (1799), desenvolveu-se a tendência que consistia em confrontar a Península e seu processo de unificação com a história francesa. A obra de Cuoco é também imprescindível para o estudo da atuação dos jacobinos italianos na fase do Triênio Jacobino (1796-1799). E, no que tange a Benedetto Croce, deve-se destacar a importância de seu projeto historiográfico no ambiente cultural italiano, cuja natureza especulativa mereceu uma análise no âmbito das discussões gramscianas sobre história e historiografia.

Para compreender a Revolução Francesa em Gramsci, portanto, é necessário ater-se à interconexão de contextos e a natureza essencialmente dialógica de sua produção. A perspectiva da história do pensamento político permitiria responder as exigências do objeto de pesquisa por meio das contribuições metodológicas de Quentin Skinner (1969) e Reinhart Koselleck (1985, 1992). Nesse sentido, a pesquisa visa reconstruir os nexos entre criação e contexto, mas de modo que a análise histórica da teoria política não seja derivada imediatamente das circunstâncias contextuais políticas ou sociais do momento de sua elaboração. Para evitar tal “reificação contextualista”, defendeu Skinner, é preciso buscar as intenções do autor a partir das quais se pode explicar a particularidade da criação intelectual. Não obstante os limites para alcançar a intencionalidade, a aproximação da mesma passa pela reconstrução do diálogo dos autores com seus contemporâneos pois é diante de determinado contexto que a intenção torna-se inteligível e por meios das interações é possível entender o que se pretendia enunciar e como seu enunciado poderia ser compreendido (SKINNER, 1969, p. 48). A produção em teoria política lida com um contexto polêmico em que diferentes concepções estão em disputa e os autores buscam realizar *praticamente* suas concepções. E por pretender ser ação, deve ser entendida pela reconstrução da intenção no ato de fazer, o que desloca o eixo de análise do texto ao autor (SKINNER, 1969).

No entanto, a produção em ciência política não se esgota no tempo coevo. E nesse sentido Koselleck contribui para reflexão sobre a possibilidade de se abordar historicamente as formulações conceituais. Para o

147, p. 248; L. 190, p. 340). Outros célebres historiadores da Revolução Francesa, como Gaetano Salvemini (1873-1957) e Alphonse Aulard (1849-1928), foram também citados nos textos carcerários. Aphonse Aulard foi identificado como fonte principal a ser consultada (Q 1, § 47, p. 58) e em confronto com os conservadores Hippolyte Taine (1828-1893) e Augustin Cochin (1876-1916) (Q 2, § 91, p. 249). Tal confronto não foi possível, talvez pelo motivo de que nenhuma obra de Aulard, Taine ou Cochin encontrava-se no conjunto de livros acessíveis na prisão. Alguns textos de Gaetano Salvemini, por sua vez, constam no elenco disponíveis ao marxista - mas não seu *La rivoluzione francese (1788-1792)*. O importante Jean Jaurès figura nos textos do cárcere predominantemente como um homem da *política em ato*, com ênfase em sua atuação no Partido Socialista definida como de tipo carismática (Q 2, § 75, p. 230; Q 3, § 4, p. 288; Q 10, § 41, p. 1323). A leitura de *Histoire socialiste de la Révolution française* (JAURÈS, 1989), embora não citada por Gramsci, será fundamental para o desenvolvimento do projeto especialmente pela influência que exerceu sobre a historiografia socialista e, particularmente, sobre Mathiez (FRIGUGLIETTI, 1981; 1972; SOBOUL, 1979). Sobre os livros e periódicos disponíveis a Gramsci na prisão, cf. Gerratana (1977, vol. 4, *Apparato critico*).

autor, os conceitos detêm sedimentações de sentidos correspondentes à épocas e circunstâncias de enunciações diversas, ou seja, contém uma polissemia. Esses diferentes significados são colocados em jogo em cada um dos seus usos efetivos, em diferentes momentos históricos, o que torna possível o estudo diacrônico - ou seja, a história da recepção e ressignificação dos conceitos - permitindo que se apreenda o movimento político de disputa pelo seu significado. Assim, o aspecto sincrônico, em contraste com proposta metodológica de Skinner, é para Koselleck insuficiente (SILVA, 2009; KOSELLECK, 1985, 1992). Essa característica fundamental do conceito permite às formulações distantes temporalmente dotarem-se de atualidade quando colocadas em uso e disputadas pelos sujeitos e/ou grupos (KOSELLECK, 1985). É possível construir, portanto, uma história do pensamento político não anacrônica e articulada com o presente, capaz de contribuir com as reflexões atuais da ciência política².

Colocando-se sob a perspectiva da história do pensamento político, a pesquisa pretende assim destacar a importância das aproximações entre a Ciência Política e a História. Objetiva tecer as tramas entre o tempo histórico de formulação, a intencionalidade do autor e a dinâmica de elaboração/desenvolvimento da teoria política. Baratta (2004) e Medici (2000), entre outros, têm apontado a relevância de que se considere o tempo e o processo de cadência da produção gramsciana, encontrando amparo na indicações do próprio Gramsci. Tratando do estudo de Karl Marx, o marxista italiano sugeriu a necessidade de se identificar o *leitmotiv* da obra, distinguindo-o daqueles pontos que podem ser considerados “[...] afirmações particulares e casuais [e] aforismos isolados” (Q 16, § 2, p. 1840). Isso sugere uma atenção ao movimento de elaboração, o que se tratando dos textos carcerários pode ser reconstruído se nos dedicarmos à análise da redação e reconstrução dos parágrafos. De forma complementar, é fundamental também

[a] contextualização eficaz do pensamento gramsciano e a reconstrução das suas fontes, [o que] possibilita restaurar o diálogo crítico que Gramsci estabeleceu com autores que compunham o ambiente literário da época e acompanhar de modo minucioso o processo de construção de seu novo léxico político (BIANCHI, 2008, p. 48).

A proposta de interlocução com Mathiez e a historiografia liberal (Cuoco e Croce), dessa forma, permitirá verificar como a confluência de contextos e tradições políticas se manifestaram na produção gramsciana³. Produção que se deu sob condições adversas tanto no que tange à qualidade de prisioneiro quanto

² Sobre as complementaridades de Skinner e Koselleck para o desenvolvimento metodológico da história do pensamento político, ver Jasmin (2005b). Uma exposição interessante da crítica à tradicional história da ideias ou pensamento político pode ser vista em Silva (2009).

³ Indicações metodológicas similares podem ser encontradas em Del Roio (2005, p. 175) no tratamento das obras pré-carcerárias. Ele destacou a inspiração antipositivista da reflexão gramsciana, convergente com o revisionismo marxista do século XX, e também o diálogo com a tradição liberal-democrata e do sindicalismo revolucionário. Tratou da produção de Gramsci considerando a inter-relação entre o internacional e o nacional e, também, entre as diferentes tradições políticas e intelectuais (liberalismo e marxismo). Secco (2006, especialmente cap. V - *A biblioteca do cárcere*), por sua vez, considerou a relevância de se traçar o ambiente intelectual e literário do autor, para o que o estudo da história dos livros (publicação e circulação) poderia contribuir. Nesse sentido, a investigação da biblioteca do cárcere, por exemplo, explicita a hegemonia da língua e produção cultural francesa no período de redação dos Cadernos (SECCO, 2006, p. 111).

ao *tempo histórico de Gramsci*, marcado pelo fascismo na Itália e refluxo no movimento comunista internacional⁴.

O projeto pretende ainda inserir-se nos estudos renovados sobre o pensamento de Gramsci desenvolvidos nacional e internacionalmente a partir da edição crítica de Valetino Gerratana e, também, contribuir com essas pesquisas através de uma temática pouco abordada, sobretudo no Brasil.

Síntese bibliográfica

Historiografia italiana

A presença da cultura e política francesa nos debates italianos do século XIX e XX estava vinculada à difusão dos valores da Revolução Burguesa por toda a Europa, assim como pelas relações estabelecidas entre a França e demais países do Continente no contexto das Guerras Napoleônicas. Tal difusão nos diferentes Estados nacionais não poderia ser monolítica. A Revolução espalhou-se e ganhou nuances que se diferenciavam em função dos vínculos que cada país tinha com a França e de sua estrutura interna como desenvolvimento econômico, urbanização e centralização estatal (VOVELLE, 2000; WOOLF, 1972). Na Itália, o conteúdo revolucionário e a produção intelectual sobre a Revolução Francesa deteve características peculiares que estão relacionadas à experiência problemática e tardia de consolidação do Estado moderno na península. Além disso, a ocupação francesa a partir de 1796, que se ampliou até 1798, impunha à política e à reflexão historiográfica da Itália a contraditória questão de ser tutelada pelos representantes dos ideais liberais e democráticos (VOVELLE, 2000; WOOLF, 1973).

A expansão dos clubes jacobinos na península, que ocorreu durante a fase de reação antijacobina dos Diretórios Franceses (1795-1799), coincidiu com a adesão de seus governos às nações antifrancesas e no plano interno com o enfrentamento das tendências reformistas liberais (WOOLF, 1973). A República Italiana de 1798, com aval da França e a imposição de uma Constituição, e da República Napolitana de 1799, são paradigmáticas da ação jacobina na Itália. As dificuldades em estabelecer liames entre burguesia, camponeses e o restante da massa eram características dessas revoluções. O distanciamento originava-se da incompreensão, na Itália, das ideias de universalidade difundidas pela burguesia francesa; o que derivava da alteridade política, econômica e cultural entre a Itália e França. Os jacobinos foram *exportados* pelas campanhas napoleônicas de 1796 e não desenvolvidos em processo histórico autônomo. Por sua *artificialidade*, foram incapazes de difundir e solidificar as ideias liberais e não se envolveram em grandes movimentos de ação como ocorreu na Europa do Norte. Por isso, destacou Santato (1990, p. 11), tanto na historiografia como na política, o jacobinismo era considerado uma força estranha, estrangeira e seu conteúdo não pode ser traduzido para a realidade italiana.

⁴ Derrota dos partidos comunistas na Alemanha, Áustria e Hungria e o fim das experiências dos Conselhos de Fábrica (SECCO, 2006, p. 47). Uma análise cuidadosa desse descenso pode ser encontrada em Del Roio (2005, p. 92), que tratou da regressão teórica do bolchevismo na década de 1920. Contra essa regressão, marcada por uma ênfase objetivista na economia por um lado; e por outro, por uma centralização na organização do movimento comunista, Gramsci haveria proposto a refundação do comunismo – argumento central da reflexão de Del Roio (2005).

Cuoco inaugurou essa tendência interpretativa e, como apontou Rao (2003, p. 03), a analogia França – Itália sistematizada por Cuoco influenciou de atores do *Risorgimento* a historiadores como Carlo Botta (1766-1837), Pietro Colletta (1775-1831) e Luigi Blanch (1784-1872). Em seu *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli* (1801), Cuoco apontou que República Napolitana sustentava-se na frágil aliança entre pequena burguesia e as forças napoleônicas, era portanto estranha à massa e incapaz de solidificar as instituições e pensamentos da modernidade política. Observador e participante das lutas pela instauração da República, ao verificar o distanciamento da massa do processo de insurgência, definiu-a como revolução passiva (CUOCO, 1863)⁵. No entanto, não rejeitou a Revolução Francesa nem o Iluminismo, como parece mais evidente em seus escritos como jornalista entre os anos 1801-1815 (RAO, 2003, p. 12), embora refutasse as práticas jacobinas e se aproximasse de uma perspectiva antiabsolutista, mas não republicana (SANTATO, 1990, p. 101).

Os acontecimentos de Nápoles haveriam demonstrado para Cuoco as limitações não apenas dos jacobinos italianos, mas também da própria Revolução Francesa e do valor de igualdade propalado. Nesse aspecto evidencia-se o posicionamento antijacobino de Cuoco: para ele, como as ideias de Robespierre não detinham conexão com os fatos, eram portanto abstrações que poderiam ser impostas apenas pela força e terrorismo, pois “[...] as leis são sempre mais cruéis quanto mais são caprichosas” (CUOCO, 1863, p. 103). A influência do autor no *Ottocento* – que fez dele o intelectual do *Risorgimento* – deve-se a essa visão unitária e patriótica, mais conciliadora do que revolucionária, que era o fermento ideológico dos homens da Unificação (SANTATO, 1990, p. 16). A historiografia de Cuoco, nesse sentido, compartilhava a incompreensão e a hostilidade em relação à experiência francesa verificada não apenas na Itália, mas na produção europeia e mesmo francesa (RAO, 2003, p. 04)⁶.

As reflexões sobre a França revolucionária foram mais tarde estimuladas pelo *Risorgimento* e, ao se evocar a analogia com a Revolução Francesa, destacaram como o caso francês impôs uma ruptura brusca que influenciou o processo pacífico de reforma política e renovação econômica pelo qual passava a Itália, embora tenha contribuído positivamente para a difusão do espírito de Nação (RAO, 2003, p. 05). A crítica a essa historiografia foi feita por Croce. Sua reflexão buscava superar a fase “não-científica” através de um método que conciliava a pesquisa histórica com um sistema filosófico geral, identificando a história com o ato de pensamento, isto é, o pensamento entendido como filosofia e história (CROCE, 1941, p. 103). Croce dialogava então com um debate europeu sobre história e historiografia que tinha como expoentes *Revue de synthèse historique* de Henri Berr e o *Année sociologique* de Durkheim (RAO, 2003, p. 05). A contribuição essencial de

⁵ A ideia de passividade elaborada por Cuoco, problematizou De Felice (1965), não deveria ser entendida como uma ausência total de iniciativa política. Como já apontado, clubes jacobinos e lojas maçônicas eram criados na Itália desde 1789, embora os patriotas italianos fossem vistos como idealistas sem senso prático – juízo que teve longa vida na Itália.

⁶ Como expressão dessa fase da historiografia italiana caracterizada pela rejeição à Revolução Francesa podem ser citados Carlo Botta, que tratou os eventos revolucionários como “calamidades”; Luigi Blanch, que condenou o Terror e evitou tomar a Revolução como um todo e Cesare Balbo que em *Sommario della storia d'Italia* (1846) considerou uma “vergonha” a Revolução e a execução do rei (RAO, 2003, p. 03). Mais tarde, Lemmi (1906) apontou que a Revolução Francesa estava na origem da Unificação, construindo uma relação positiva entre a política francesa do período de 1789-1815 e a propagação de um fundamento patriótico nacional na Península.

Croce foi entender o *Risorgimento* como um projeto de unificação, disputado na península e executado pela prepotência heroica de uma minoria (CROCE, 1925, p. 260). Compartilhava a ideia de que a Revolução Francesa tinha componentes abstratos, tal como consideram os historiadores que o antecederam. Mas, para Croce, diferentemente de Cuoco, a abstração tinha uma origem filosófica que remetia ao Iluminismo e seu racionalismo a-histórico (RAO, 2003, p. 05).

A concepção de Croce sobre a Revolução burguesa na França alterou-se em articulação com os posicionamentos dos socialistas. Croce manteve-se próximo do marxismo até por cerca de 1890 e se vinculou à tendência dos socialistas de tratar a Revolução Francesa de modo *positivo e independente*, o que permitiu uma abordagem nacionalista sobre o *Risorgimento* que influenciou a historiografia posterior. A positividade foi também atribuída aos jacobinos italianos, capazes de difundir a ideia de unidade e pátria baseados na concepção moderna de política e na defesa de seus mecanismos, como a representatividade (CROCE, 1925, p. 217-218).

Gramsci, por sua vez, apontou que o *Risorgimento* estava relacionado à hegemonia francesa e também austríaca-espanhola, além do enfraquecimento do poder da Igreja (tendencialmente cosmopolita) e da aprendizagem política dos primeiros patriotas. Sob essa conjuntura foi erigida o lema da *república una e indivisível*, que combinou uma situação mundial em que a burguesa já havia exaurido sua posição progressista e estava em uma posição defensiva diante do proletariado. O Partido da Ação (republicano e liberal) não foi protagonista como foram os jacobinos: na Itália, os republicanos não estava vinculado a uma classe específica, não se conectaram com os camponeses e, portanto, não buscaram resolver a questão cidade e campo. Os moderados, por sua vez, que conduziram o processo e dirigiram o Partido da Ação, sendo organicamente ligado à aristocracia e com atração sobre parte daquele grupo (*transformismo*) (SECCO, 2006, p. 57-58). Com a criação do Reino da Itália em 1861, deu-se uma unificação limitada: as históricas diferenças econômicas e sociais entre Norte e Sul não somente foram mantidas como reforçadas e a hegemonia Setentrional sobre a porção meridional assumiu uma versão “da relação territorial cidade – campo” (Q19 §24, p. 2021-22) (Sobre o *Risorgimento*, cf. especialmente Q 19).

O *Risorgimento*, assim, incidia sobre o presente da Itália: ele haveria imposto um limite à assimilação das demandas populares, em especial no que tange à reforma agrária. Tal avaliação foi reafirmada por Emilio Sereni (1907-1977). Em seu estudo sobre o capitalismo no campo (1860 a 1900), publicado originalmente em 1947, apontou que a unificação manteve os resíduos pré-capitalistas, cuja manutenção acabou por conformar um Estado atrasado e com diferenças internas acentuadas. A política financeira, a abertura alfandegária e a consequente formação de um mercado nacional favoreceram a acumulação capitalista no Norte, com um especialização da produção (ou divisão social do trabalho em escala nacional) intensificada no decênio 1880-1890, enquanto uma ideologia positivista laica e patriótica serviu como corolário para a unidade. Tal quadro impunha formas particulares de luta: aos camponeses, era preciso enfrentar as antigas classes feudais, o que era obstaculizado pela capacidade organizativa do clero, enquanto na cidade não se podia ainda falar propriamente de um proletariado industrial. Para Sereni (1980, p. 110-111), era portanto impossível se pensar na forma

indiferenciada de um bloco ideológico e organizativo (camponeses + proletariado), e sim em se construir a hegemonia do proletariado e a sua vanguarda: somente a “[...] aliança com a classe operária e a direção política do proletariado podem permitir à massa camponesa superar a fragmentação e primitivismo de suas formas espontâneas de luta” (SERENI, 1980, p. 111).

A crítica ao que se denominou historiografia marxista sobre o *Risorgimento* (rótulo que serviu a Antonio Gramsci e Emilio Sereni) foi bastante fecunda no período após a Segunda Guerra, inicialmente com Federico Chabod (1901-1960) e, em seguida, Rosario Romeo (1924-1987). O último apontou que a ausência de reforma agrária não deveria ser considerada obstáculo para as relações capitalistas no campo: antes disso, a realização da reforma dificultaria a expansão da massa assalariada no campo e o fluxo de trabalhadores na direção campocidade, limitando a expansão do exército de reserva industrial. Para Romeo, a direção exercida pelo Norte possibilitou que o Estado se tornasse moderno e industrializado, mesmo que às expensas do *Mezzogiorno* em sua fase inicial, o que permitiu a acumulação capitalista primitiva na Itália por meio do “[...] endividamento público, estímulo à indústria com armamentismo, poupança forçada através da execução e exploração das obras públicas e abertura ao capital estrangeiro” (SECCO, 2006, p. 61). A análise de Gramsci, para Sereni, foi *anti-histórica*: não existiam condições econômicas e técnicas para que os moderados pudessem resolver a questão agrária⁷. Sereni (1968, p. XXIV-XXV) respondeu a crítica argumentando que existiam condições objetivas para a reforma agrária, sendo que tais condições colocavam-na como uma alternativa histórica real e coerente com o “[...] todo o processo da revolução democrática-burguesa e nacional”. A questão, para ele o *verdadeiro drama do Risorgimento*, era explicar como as reivindicações camponesas, orientadas por objetivos econômicos e sociais progressistas, foram subsumidas pela direção política reacionária.

Cabe considerar alguns pontos do debate historiográfico sobre o *Risorgimento*: a análise de Gramsci, ao tratar da falta de jacobinismo do Partido da Ação e, mais especificamente, da ausência de aliança entre camponeses e movimento urbano, poderia ser lida mais como um apelo à aliança, no que se verificaria uma crítica à política do PSI projetada sobre seus estudos históricos? Ainda, podemos corroborar a perspectiva de Romeo, que indicou uma absolutização da política nos estudos gramscianos sobre o *Risorgimento*? Se é possível pensar em tal absolutização, Gramsci havia indicado de fato uma alternativa revolucionária àquela dos moderados? Parece mais coerente apontar que, ao considerar que a fórmula jacobina havia se esgotado historicamente na fase da Restauração francesa, ele estaria excluindo-a do contexto do *Risorgimento* italiano - como o que concordam Secco (2006) e Carter (2010). Tais questões, no entanto, são norteadoras para uma reconstrução da teoria historiográfica gramsciana e, por isso, interessam à problemática desta proposta de pesquisa.

Historiografia francesa

⁷ Romeo apresentou profusão de balanços econômicos e dados estatísticos – em especial, cf. Romeo, 1988, *Appendice*, p. 311-366. Para uma aproximação Croce-Romeo, no que tange à valorização da *destra storica*, ver Carter (2010).

A historiografia sobre a Revolução Francesa produzida na primeira parte século XX era predominantemente jacobina. Por historiografia jacobina ou clássica entendem-se os estudos que interpretaram a revolução na França como burguesa e definidora da decisiva ruptura com os vestígios feudais, o que teria instaurado uma organização social e política livre de entraves ao capitalismo. A radical novidade derivaria da ascensão da classe burguesa ao domínio do Estado, centralizado e modernizado por essa mesma classe. Os jacobinos, nesse quadro analítico, figuravam como a força popular da Revolução, o que encetou a valorização do período da República Jacobina (1793-1794).

Predominante no cenário intelectual francês e difundida pelos ocupantes da cátedra de História de Revolução Francesa da *Sorbonne*, a tendência foi desenvolvida por Alphonse Aulard (1849-1928), primeiro ocupante da cátedra e consolidada por seus sucessores⁸. Nos anos de 1920, Albert Mathiez demarcou uma inflexão interna à tendência clássica por meio de uma leitura jacobina-bolchevique, de modo que a partir dele “[...] o discurso sobre a Revolução Francesa se duplica em filigrana de um discurso sobre a Revolução soviética” (FURET; OZOUF, 1989, p. 981). Embora não tenha substituído Aulard na cátedra, Mathiez efetivamente demarcou uma fase de renovação na historiografia francesa, sendo reiteradamente evocado para ilustrar o caminho jacobino marxista, ou próximo de Marx, dos estudos sobre a Revolução Francesa (VOVELLE, 2000, p. 210)⁹.

Objetivando sistematizar e sintetizar seus estudos sobre a Revolução Francesa, Mathiez redigiu o compêndio de três volumes *La Révolution Française*. Tratando desde a crise da realeza ao período do Termidor, fortemente amparado por fontes primárias - como atas da Assembleia, cartas e discursos - Mathiez revelava preocupações metodológicas de um historiador atento para as modernas técnicas de pesquisa e em contato com a ciência social de sua época, explicitada pelas leituras de Émile Durkheim (FURET; OZOUF, 1989, p. 980). Insere-se na continuidade da reflexão de Jean Jaurès, que havia identificado a origem social e econômica da Revolução Francesa. Jaurès, discutindo a interpretação sobre a Revolução Francesa que, segundo ele, elaborava sínteses exclusivamente políticas que resultavam em obras ao mesmo tempo *místicas* e muito *realistas* [Jaurès pensava em Michelet], afirmou ser frutífero conciliar esse “ideal místico”, ou seja, a política em sua esfera circunscrita ou institucional, com o materialismo histórico (JAURÈS, 1989, v. 1, *Introduction*). Considerando as classes como os personagens centrais, identificou na crise econômica que levou à pauperização do III Estado a origem da Revolução.

Mathiez, por sua vez, também compreendeu a luta de classes como fundamento, mas se aprofundou nos elementos políticos e principalmente na dissolução dos componentes do III Estado, na oposição gradualmente mais explícita entre girondinos e montanheses e, ainda, no estudo de Robespierre (SOBOUL, 1979, p. 450). Em

⁸ Especialmente Georges Lefebvre (1874-1959), Philippe Sagnac (1868-1954) e Pierre Caron (1875-1952).

⁹ Mathiez (1905, p. 25), no entanto, fez referência a Marx apenas no contexto da crítica à Lei Chapelier de proibição de greves e sindicatos. No mesmo texto, assumiu de forma ampla os posicionamentos de Jaurès. Cf. Friguglietti (1981; 1972) sobre a trajetória política de Mathiez e seus posicionamentos diante do socialismo e comunismo e as oscilações no contexto da I Guerra. Importante destacar que entre 1920 e 1922 o historiador francês estava ligado ao Partido Comunista, período em que redigiu diversos artigos para os jornais comunistas - *L'Humanité*, *L'Internationale* e *Le populaire de Bourgogne* (FRIGUGLIETTI, 1981, p. 123).

seu compêndio, definiu a Revolução Francesa como resultado de um longo processo de transformações vagarosas que alteraram o equilíbrio entre as classes. Com a ampliação crescente da riqueza da burguesia comercial e industrial, os privilégios de estratos nobres da sociedade passaram a ser contestados. O poder financeiro da burguesia tornou inadequada sua inferioridade diante das leis. Enquanto isso, a nobreza arruinada estava dividida em “castas” com esferas de atuação e privilégios diferenciados: os nobres ligados à administração e judiciário exerciam o monopólio dos cargos do Estado, enquanto outra se ligava à estrutura agrária ainda feudal (MATHIEZ, v. I, p. 19). Desse modo, foi sendo forjando nos entremeios do antigo regime uma moral burguesa, divulgada pela literatura e filosofia, de modo que “[...] a revolução já estava realizada nos espíritos muito antes de se traduzir nos atos” (MATHIEZ, v. I, p. 20). Não obstante a situação do proletariado, camponeses e parte da nobreza, a burguesia vivia uma fase de expansão. Eram constituídas fortunas por indústrias modernas, assim como também a pequena e média burguesia passavam por uma situação favorável (MATHIEZ, v. I, p. 18)¹⁰. Desse modo, afirmou Mathiez (v. I, p. 19), a revolução *emergiu* não em um país em crise econômica e sim em pleno progresso e, por isso, pode-se afirmar que a miséria nunca é fator essencial das revoluções embora possa ser o componente de rebeliões. Para Mathiez (v. I, p. 19,), as revoluções derivam sempre do desequilíbrio entre as classes. Os camponeses e o proletariado, naquele contexto, não poderiam dirigir o movimento revolucionário e por isso se ligou aos demais grupos do III Estado (MATHIEZ, v. I, p. 20-21). Com a aliança rompida pelos girondinos na direção da Convenção, esse grupo passou a assumir uma política de classe contra a nobreza e a massa, buscando estabilizar o poder da burguesia pela defesa intransigente da propriedade e de uma política econômica liberal, incapaz de manter os preços dos alimentos que passavam por uma grande alta. Essa postura gerou hostilidade no campo e cidade, demonstrada pela massa na insurreição de 1793 na Vendéia que acelerou a queda dos girondinos (MATHIEZ, v. II, p. 154). Abria-se assim o período mais interessante dos acontecimentos franceses, em que o partido montanhês foi obrigado a assumir a postura de partido da revolução e os jacobinos instauram a república e sua ditadura popular. O conteúdo dos jacobinos não caberia nos quadros da legalidade anterior: por isso destruíram o parlamento e sua ficção democrática (MATHIEZ, v. II, p. 235). Com apoio da massa, portanto, a ditadura foi exercida em proveito da classe dos consumidores, artesãos, pequenos proprietários e pobres. No entanto, a origem de classe dos jacobinos não era necessariamente proletária: a ditadura foi guiada por “homens da classe burguesa, que ligaram sua sorte à da Revolução” (MATHIEZ, v. III, p. 88).

Os elementos da interpretação clássica de Mathiez acima sumarizados demonstram no autor a concepção de inevitabilidade da revolução, que de tão súbita e irresistível haveria surpreendido as vítimas e os atores. Uma

¹⁰ Uma importante análise das relações entre a crise econômica do Antigo Regime e o ascenso revolucionário foi feita mais tarde por Ernest Labrousse em *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e siècle* (1933) e *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien régime et au début de la Révolution* (1944). Analisando a economia francesa do final do século XVIII, considerava a existência de curtas e longas ondas econômicas: os elementos mais localizados (como más colheitas) influenciavam as rendas rurais e a indústria, afetando de forma diversa os diferentes grupos sociais; enquanto poderia ser identificada uma crise constante a partir do final daquele século, expressa especialmente na alta do preço do arrendamento da terra em um ritmo muito superior ao dos salários e preços. Para Labrousse, uma *conjuntura* na qual convergiram um longo processo inflacionário com um aumento acentuado dos preços dos cereais na primavera e verão de 1789 propiciaram a crise pré-Revolucionária (ver o verbete *conjuntura* em BURKE, 1992; FURET, 1978). Quanto à condição econômica geral no final do século XVIII, a análise de Labrousse diferencia-se, portanto, da de Mathiez.

vez construída nas concepções, as revoluções irrompem. A irrupção é antecedida por mudanças morais ou culturais que derivariam da cisão entre os componentes da vida social, ou seja, da separação entre realidade e lei, instituições e costumes, letra e espírito (MATHIEZ, s./d., p. 05, v. I). Assim, Mathiez não atribuiu a origem da Revolução Francesa a uma crise econômica, mas se aproximou de uma perspectiva fatalista baseada na autonomia da história diante dos atores políticos. Fundamentado em uma concepção de história que, por tratá-la como força única e independente em relação aos homens, pode adequadamente ser compreendida apenas como *fluxo, marcha, correntes*, etc., ou seja, por vocábulos oriundos das abordagens dos eventos naturais (JASMIN, 2005, p. 23)¹¹. Dessa *força da história* derivaria a vinculação de Mathiez com a modernidade, na medida em que diante da observação dos fatos percebeu uma radical ruptura com o passado. E o novo não tinha semelhanças com o pretérito, embora tivesse elementos análogos com a Revolução Russa.

A crítica a historiografia jacobina teve em Alfred Cobban (1901-1968) seu precursor nos anos de 1950, ganhando vulto com a obra *La Révolution Française* (1965) de Denis Richet e François Furet. Concomitante às celebrações do bicentenário, o revisionismo impactou os debates sobre a história e se tornou hegemônico nos campos de estudos da Revolução Francesa (VOVELLE, 2000; HOBBSAWM, 2001). François Furet assumiu uma postura intelectual e polemista contra a corrente historiográfica de Mathiez, que para ele haveria convertido-se em um catecismo. Recuperando a produção liberal e constitucional¹², Furet buscou *desconstruir* as interpretações predominantes mais por meio da análise crítica da produção do que através de pesquisa documental ou construção historiográfica propriamente dita. A crítica pode ser sintetizada em alguns pontos que interessam à problemática de pesquisa. Fundamentalmente, a Revolução Francesa não poderia ser entendida a partir de uma relação de causalidade entre os acontecimentos políticos e ideológicos e as contradições econômicas e sociais (FURET, 1988, p. 42). Ao identificar no desenvolvimento do capitalismo o elemento indutor do ascenso do III Estado, esse mesmo ascenso tornou-se o fio condutor da narrativa histórica – o que se poderia ver em Mathiez. Assim, os acontecimentos de 1789 ao Termidor – ou ao Dezoito Brumário, se estendida a periodização da Revolução Francesa – são encadeados como momentos de uma trajetória orientada por um impulso original. Essa interpretação desconsideraria o ineditismo dos acontecimentos, que para Furet (1988, p. 41) foram encetados por uma modalidade de ação coletiva radicalmente nova, não redutíveis a uma única causa ou a um impulso inicial. Além disto, a adoção de tais pressupostos, ao obscurecer a apreensão *real* da Revolução, permitiu que fosse atribuído aos revolucionários uma *hipertrofia da consciência histórica* (FURET, 1988, p. 44). Nesse sentido, os estudiosos reproduziram a ideologia revolucionária, ou seja, a opinião que os revolucionários faziam de si mesmos (FURET, 1988, p. 31). E, dessa postura intelectual e política derivaria a mistificação jacobina e a conseqüente reprodução de seu discurso, que se confundia com sua análise. A ideologia revolucionária, que repercutiu nos encadeamentos lógicos dos historiadores sobre os acontecimentos da França

¹¹ Autonomia que não pode ser considerada absoluta, pois os atores *acionam* a história. Para Koselleck, a concepção moderna de história alicerça-se sobre o Iluminismo e na ideia de direção do tempo histórico derivada da noção de progresso e de superação do passado. Cf. *Crise e crítica* (KOSELLECK, 1999).

¹² Principalmente Alexis Tocqueville (*L'Etat social et politique de la France avant et depuis 1789 – 1836* e *L'Ancien Régime et la Révolution* – 1856) e o monarquista Augustin Cochin e Quinet (*La Révolution* – 1865).

revolucionária, reduzia todas as questões morais ou intelectuais à política; ou seja, todas as esferas sociais foram subsumidas pela *ilusão da política*, disse Furet citando Marx. Da absolutização da política deriva a compreensão moralista de que a “[...] ação não encontraria obstáculos ou limites, mas apenas adversários, de preferência traidores” (FURET, 1988, p. 46).

A interpretação jacobina derivaria, desse modo, de uma teoria da história em que o passado esgota-se no presente e as virtualidades dos eventos revolucionários se esvanecerem em uma trajetória que demonstra a fatalidade daquele presente. Mathiez identificou na Revolução Francesa os fundamentos históricos e a justificativa dos bolcheviques e da revolução proletária, apontando nos acontecimentos de outubro a expansão para o campo social das conquistas políticas alcançadas pela revolução burguesa. Esse deslocamento de 1789 e principalmente do período jacobino para 1917 foi para Furet uma projeção mecânica, baseada em um marxismo “simplificado e simplificador” mais neojacobino do que propriamente marxista (FURET, 1988, p. 123). Para Furet, a Revolução foi um grande movimento reformador liberal, orientado pelas ideias iluministas e conduzido pela elite da nobreza e burguesia. Esse processo, que se realizou entre 1750 e 1850, seria portanto resultado de uma unidade entre estratos da nobreza e elementos mais altos do Terceiro Estado. O jacobinismo revolucionário seria então uma *derrapagem*, pois se já havia sido iniciado o processo de reforma liberal todos os excessos jacobinos eram dispensáveis. Acidente ou derrapagem que modificou o ritmo do processo de mudanças, acelerando-o e impondo um elemento popular que espreitava a estabilidade conquistada com a convocação da Assembleia Nacional e cujo caráter de violência foi acentuado a partir de 1792¹³. Portanto, o jacobinismo tornou-se central na historiografia apenas em função de sua mistificação, arbitrária ou desmedida em relação aos fatos históricos. A *desmontagem* da historiografia clássica e da dupla mistificação dos jacobinos – pela democracia liberal, que fundamenta seu poder em oposição ao antagonista absolutista; e pelos comunistas revolucionários – foi portanto o ponto fundamental do revisionismo.

Gramsci e a Revolução na França: jacobinos e jacobinismo

A Revolução Francesa figurava, no pensamento de Gramsci, como a fórmula clássica de ascensão burguesa, embora tenha sido o modo *excepcional* de consolidação dos Estados modernos. Por outro lado, o conceito de revolução passiva, inicialmente delineado para a compreensão do *Risorgimento* (Q 1, § 44, p. 41), ganhou no desenvolvimento dos Cadernos uma dimensão mais ampla. Gramsci pensou se o conceito não poderia contribuir para a análise não apenas da Itália, mas também dos demais países europeus que no século XIX formaram Estado sem revolução jacobina (Q 4, § 57, p. 504). A formulação inicial de Cuoco, “completamente

¹³ Corrêa apontou como Furet combinou uma abordagem de longa duração com a análise das circunstâncias do contexto revolucionário, que em convergência produziram a revolução burguesa. A ideia de revolução na análise de Furet teria certas inflexões nas diferentes edições da obra *La Révolution Française*, sendo que após a interlocução com Mauzeric – crítico do revisionismo – a edição de 1973 contestou mais veemente o caráter burguês da revolução, identificando-a como uma revolução das elites da nobreza e burguesia. No entanto, ao identificar na derrapagem jacobina o elemento circunstancial, e ver no acidente o elemento central para o desfecho revolucionário diante do fracasso do compromisso das elites, Gomes argumenta que Furet ainda estaria nos limites da historiografia clássica (CORRÊA, 2008, p. 190). Esse posicionamento de Furet fundamentou-se na autonomização absoluta que também ele atribuiu à política. Os jacobinos não teriam vínculo com o tecido social e econômico: “o terrorismo jacobino é uma instância autônoma independente das circunstâncias políticas ou militares” (FURET, 1989, p. 206).

modificada e enriquecida” (Q 15, § 18, p. 1775), foi trazida ainda para pensar os nexos entre guerra de posição e de movimento (Q 15, § 11, p. 1766). Mas, fundamentalmente, a revolução passiva passou a indicar um processo no qual, diante de uma massa não organizada e com atuação apenas episódica, a classe dominante atua como forma “progressista” modernizando o Estado e atendendo parte das demandas dessa massa (Q 8, § 25, p. 957).

Tal “ampliação” do conceito de revolução passiva remete à tradutibilidade daquela experiência histórica (*Risorgimento*), ou seja, tal experiência possuía equivalentes ou similaridades com outras realidades históricas, sociais ou política. Foi o que permitiu que a revolução passiva tenha sido mobilizada como chave interpretativa da América Latina (AGGIO, 1998, p. 161-162) e do Brasil – onde encontraria seu “lugar por excelência”. (VIANNA, 1998, p. 187) A ideia de tradutibilidade remete ao próprio Gramsci, que havia apontado que o desenvolvimento capitalista das sociedades conduziu-as a formulações sociais que têm identidades entre si (ARICÓ *apud* AGGIO, 1998, p. 87-88)¹⁴. No entanto, como apontou Secco (2006, p. 47), quando se busca generalizar os conceitos gramscianos, que são vinculados sempre à análise da realidade histórica particular, corre-se o risco de abstrações. Por consequência, perde-se a grande contribuição do autor italiano ao marxismo: “[...] o estudo de situações históricas concretas [...] [que] permitem ao leitor desvelar o seu método de conhecimento da realidade”.

Isso posto, deve-se considerar as contribuições que o estudo da Revolução Francesa em Gramsci podem trazer à compreensão do método gramsciano. É preciso, para tal, destacar que o autor ateu-se à singularidade do caso francês. Para delinear as especificidades do processo revolucionário e superar generalizações do tipo econômico-estruturais, Gramsci uniu o *Prefácio à Crítica da Economia Política* com textos históricos de Marx. Em articulação, essas obras são capazes de contribuir para a compreensão da dinâmica do processo revolucionário (Prefácio de 1859), sendo tal dinâmica depurada de fatalismo e mecanicismo (obras históricas). Quer dizer, a interpretação histórica explicitou o caráter de *excepcionalidade e complexidade* do processo revolucionário, impossíveis de serem explicadas por um único elemento (crise econômica) e de definição *a priori* dos momentos e fases que as compõem. A crise estrutural seria o fator objetivo que demarcaria a abertura de um tempo de revoluções, que em convergência com os elementos subjetivos amadurecidos poderia ter um desfecho de tipo revolucionário. Esse desfecho resultaria, portanto, contradição entre as forças produtivas e as relações de produção e, também, das condições subjetivas. Mudanças de ordem estrutural não podem continuar a se transformar sem modificar a superestrutura. Assim, com transformações na estrutura são formadas e fortalecidas relações ético-políticas renovadas que se tornam integrais, ou melhor, integralmente vinculadas à vida social. (TOSEL, 1994, p. 42) Portanto, somente no processo de longa duração pode-se consolidar a hegemonia – que seria o desfecho de um processo em que a classe revolucionária torna-se dirigente e dominante. Essa longa duração comporta eventos conjunturais, o que o caso francês foi capaz de demonstrar com os episódios de 1789 – 1794 - 1799 -1804 - 1814 - 1830 - 1848 e 1871 (Q13, § 17, p. 465). Com a Comuna de Paris

¹⁴ Como desenvolveu Aggio (1998, p. 16), a tradução dos valores e paradigmas para a América Latina é possível porque o continente foi *ocidentalizado* - pela transposição das formas liberais e inserção no mercado mundial - sendo preciso considerar ainda sua posição de dependência, que estabeleceu limites para as suas formações sociais e para a atuação das classes. Portanto, a identidade entre os processos históricos não permite uma simples transposição ou repetição do modelo explicativo.

e a instauração da III República e do sufrágio, Gramsci estabeleceu o final da Revolução Francesa, isto é, a conclusão de um movimento de construção da hegemonia burguesa.

De um estado de fluidez inicial, em que a sociedade francesa caracterizava-se por um escasso desenvolvimento das organizações sociais, restrita presença estatal (principalmente nas pequenas cidades) e maior autonomia da sociedade civil; passou-se a um cenário no qual o Estado moderno e as associações civis passaram a se constituir como trincheiras (Q 13, § 17, p. 457). Pode-se falar de um adensamento da sociedade civil na França por um lado, e por outro é impossível ignorar as interconexões e interferências desse processo revolucionário em um cenário internacional. Esse longo e oscilante período revolucionário inseriu em sua dinâmica e movimentação os demais Estados nacionais, se modificando no tempo em uma certa descontinuidade (TOSEL, 1994, p. 42). Daí que considerar a análise de Gramsci sobre o espraiamento da Revolução Francesa na Itália é fundamental. É nesta abordagem que se pode avançar tanto na compreensão da formulação da categoria política-histórica do jacobinismo. Para tal, seria preciso remontar à fase dos jacobinos italianos desde suas experiências no chamado triênio jacobino na Itália (1796 a 1799), que foi empreitado pelos franceses com o apoio dos italianos, com destaque para Buonarroti, na Lombardia, e mais tarde na República Romana e Napolitana (WOOLF, 1973, p. 165). Gramsci identificou naquele contexto histórico o “primeiro período do liberalismo italiano” (Q 2, § 106, p. 253); embora tenha perguntado: “Mas se pode chamar de 'jacobinismo' a direção política dos revolucionários napolitanos de 1799?” (Q 19, § 48, p. 2068) Isso porque os jacobinos italianos não haviam, como já tinha destacado Cuoco, sido capazes de estabelecer vínculos com os camponeses e suas revoluções se converteram em fatos episódicos e seu discurso em abstração.

Tal juízo dos jacobinos italianos foi recorrente na historiografia italiana e francesa, na linguagem política e no senso comum. No entanto, Gramsci reconheceu que o significado de jacobino foi cindido em dois. Historicamente, era um dos partidos da Revolução na França, organizado em torno de um programa, força social e métodos próprios e caracterizado sobretudo pelo caráter resolutivo de sua atuação. Mais tarde, jacobino era aquele “[...] o político enérgico, decidido e fanático, porque fanaticamente convencidos das virtudes taumatúrgicas de suas ideias [...]” (Q 19, § 24, p. 2017). Nesse sentido o programa político defendido era menos importante, já que se trata de um *jacobinismo de temperamento* (Q 19, § 24, p. 2019), no qual a oposição ao adversário adquire uma feição de ódio e a oposição não é organicamente política. Portanto, se é pelo comportamento sectário e fanático que se define o jacobinismo de tipo *deteriore* - identificado principalmente na figura de Crispi - o jacobinismo de *conteúdo*, que tem para Gramsci um sentido positivo, remete diretamente à fase radical da Revolução Francesa. Para Gramsci, a atuação daquele partido caracterizava-se pela unidade entre massa urbana e camponeses e a existência de uma direção intelectual e moral capaz de *soldar* os grupos sociais, principalmente cidade e campo, sob a hegemonia da primeira¹⁵.

¹⁵ Em Areco (2011) procurei discutir o processo de *découper* que Gramsci operou nos Cadernos buscando precisar os sentidos que o termo jacobino adquiriu historicamente – passando pelo antijacobinismo de Sorel e Prodhon (especialmente em Q 11, § 66, p. 1494-1505) e sua assimilação, em sentido também negativo, na linguagem política (em especial, no Q 19, § 24; p.2010-2034) e literatura (Q 8, § 06, p. 940). Entende-se que esse esforço de Gramsci deriva da intenção de incorporar o termo ao seu léxico, para o que era necessário precisar seu sentido histórico, distinguindo-o daquele sentido corrente (que ele afirmou se anti-histórico).

A ideia de direção, portanto de hegemonia, é fundamental. Eles formaram o partido dirigente que conduziu a burguesia para além dos interesses corporativos que limitavam sua organização como classe. Dirigindo o heterogêneo III Estado francês, por meio de ação radical que não aceitava nenhuma saída “intermediária”, derrubaram o Antigo regime de forma a não ser possível retroceder (Q 19, § 24, p. 2028). O partido radical era, portanto, capaz de entender as necessidades futuras da burguesia. Como puderam identificá-las? Ao contrário daqueles que os tomavam como abstratos, eles foram na verdade realistas à Maquiavel e se manifestaram pela forma apropriada à tradição cultural francesa, isto é, através de fórmulas jurídicas (Q 19, § 24, p. 2029). Essas foram capazes de mobilizar as massas camponesas, que aceitaram a direção do partido jacobino - urbano e situado predominantemente em Paris. Na verdade, a direção dos radicais de Paris sobre toda a França, sob o lema da *república una e indivisível*, foi colocada em questão apenas após 1871, com o aprimoramento do parlamentarismo e o massacre da Comuna de Paris (cf. Principalmente Q 13).

Esse elemento não puderam ser encontrados no *Risorgimento*, isto é, não existiu um partido jacobino na Itália. As razões para isso derivam da alteridade entre França e Itália: não havia na península um desenvolvimento econômico capaz de criar uma burguesia *ativa e positiva* e, por outro lado, a posição da península diante dos demais Estados era bastante diferente da França. Esta exercia uma hegemonia no plano das relações internacionais, em razão tanto da existência de um centro urbano como Paris como pela precoce centralização conseguida pela monarquia absolutista (Q 19, § 24, p. 2033). Existe aqui um ponto fundamental do confronto entre jacobinos e Partido da Ação: se os primeiros dirigiram os camponeses (hegemonia cidade sobre o campo); na Itália a relação campo e cidade deveria ser entendida considerando-se as disparidades entre Norte e Sul. As categorias campo e cidade não poderiam ser mecanicamente aplicada para a interpretação do *Risorgimento*. Na França, a direção do movimento urbano derivaria de um desenvolvimento econômico, social e cultural prévio, responsável por aquela burguesia e a proeminência da cidade foi assim quase inevitável. Na península, por sua vez, os movimentos insurgente (unitários, patriotas e “liberais de velho tipo”) tiveram um fermento inicial no Sul, predominantemente agrário, em momento quase coincidente com o Centro (Q 19, § 26, p. 2037).

Os moderados piemonteses, que sob a monarquia de Vittorio Emanuele II e o papel decisivo de Cavour construíram a Itália unitária e não-republicana, fizeram prevalecer os interesses dos velhos grupos e “passivizaram” tais os difusos insurgentes, em um contexto internacional em que se intensificavam - especialmente a partir de 1830 - os movimentos com forte presença da classe proletária (artesãos, operários e trabalhadores domésticos), principalmente em Paris, e o nascimento do socialismo revolucionário de Louis-Auguste Blanqui (1805-1881). Se o medo de uma revolução de tipo jacobina já permeava a Europa desde final do século XVIII, os acontecimentos de 1830 e subsequentes trouxeram o medo à tona novamente. No entanto, com o massacre das revoluções de 1848, a repressão exitosa do nascente movimento operário e expansão capitalistas da década de 1850, se “[...] sepultou a era das revoluções burguesas e inaugurou uma nova época, na qual a transição “pacífica” se tornou a forma mais universalizada de ascensão da burguesia ao poder” (BIANCHI, 2006, p. 13). A formação do Estado italiano deu-se como reação/superação da Revolução Francesa e

de Napoleão. O *Risorgimento* foi uma revolução passiva em uma conjuntura em que a fórmula liberal e democrática encontrava um limite bastante restrito de desenvolvimento quando comparado à França do século XVIII e início do XIX. Outro ponto fundamental eram os diferentes terrenos sobre os quais atuavam os jacobinos e o Partido da Ação. Antecedidos por uma reforma intelectual e moral empreitada pelos Iluministas e o movimento enciclopédista, na Itália o liberalismo não foi desenvolvido autonomamente. Não havia um espírito unitário e no âmbito intelectual a cisão também se expressava em diferentes direções filosóficas (idealismo X positivismo). Era ausente o movimento de construção da vontade nacional popular unitária sobre o qual o Partido da Ação pudesse se apoiar: havia apenas uma tradição retórica de unidade, que por ser apenas retórica não poderia “fermentar” o Partido da Ação e fazer deles “[...] os depositários de uma via revolucionária e nacional” (GERVAZONI, 1998, p. 158).

Considerando-se o confronto entre Partido da Ação e jacobinos, fica explícita a positividade que Gramsci passa a atribuir ao último. Sua formulação, se consideramos desde sua posição negativa de juventude, foi dotando-se de matizes que permitiram-no uma reflexão bastante complexa que acabou se conformando nos cadernos em uma formulação de ordem teórica e histórica central para o desenvolvimento da filosofia da praxis. Essa complexidade considerou a análise de Karl Marx sobre os jacobinos presente n'*A Sagrada Família*. Em Marx, os jacobinos e sua estratégia foram abordada como absolutização da política: a política haveria subsumido a sociedade civil. Essa análise vinculava-os a um processo de revolução permanente, que seguiu adiante por meio das guerras napoleônicas e cujas fórmulas encontraram expressão apenas no conjunto jurídico-formal francês. Essa análise de Marx encontrará destaque nos Cadernos. Que os jacobinos mantinham-se nos limites burgueses era claro para Marx, assim como para Gramsci. Isso foi explicitado na posição restritiva dos jacobinos quanto à liberdade de organização dos operários e a lei do máximo. No entanto, com sua atuação, haveriam expandido a assimilação da massa ao Estado de modo tendencialmente *perigoso*: ao ampliar os limites de atuação das classes, a política de alianças e da revolução permanente havia acabado por colocar questões novas que não podiam ser resolvidas ao suscitar forças elementares que só uma ditadura militar poderia conter (Q 19, § 24, p. 2030).

Gramsci retomou a análise dos jacobinos, portando, apontando seus limites; mas os revalorizou através da construção do conceito de jacobinismo. Medici (2000), Tosel (2009), Gervazoni (1998) *et al* defendem que o jacobinismo (como categoria) tornou-se central nos Cadernos, o que remete à aproximação entre essa formulação e a reflexão sobre a estratégia da revolução no Ocidente. O jacobinismo estaria então presente no núcleo de uma teoria revolucionária para os grupos subalternos. Para Medici (2000, p. 152), nessa categoria reside o vínculo entre Gramsci e Lênin. Tais nexos, no que diz respeito ao jacobinismo, deverão ser aprofundados na pesquisa. Para Galastri, o jacobinismo seria compreensível como anti-revolução passiva, ou seja, é o seu contrário positivo, mesmo que “[e]m momentos e espaços históricos distintos, ambos sejam [...] processos formadores de Estados nacionais, tanto quanto formação, consolidação, e defesa do bloco histórico burguês. No entanto, o jacobinismo continuaria a servir como antítese, como modelo político das novas classes fundamentais devido à potência que confere à organização das massas” (GALASTRI, 2010, p. 103-104). Essa posição se contrapõe à

perspectiva de Coutinho (1999, p. 149), que entende que a estratégia socialista no Ocidente, para Gramsci, dar-se-ia pela guerra de posições, ou seja, através da conquista gradual de posições na disputas na esfera institucional, o que significaria a superação histórica do jacobinismo como estratégia para as classes subalternas. Essa posição de Gramsci, de acordo com Coutinho, ultrapassaria o instrumentalismo que se fazia da democracia no âmbito do marxismo histórico, o que segundo ele poderia ser visto em Lênin (COUTINHO, 1998, p. 28). A análise de Coutinho, pode-se ver, tem como premissa a ideia de que com o adensamento da sociedade civil se abririam frestas que poderiam ser disputadas pela classe subalterna, o que implica tanto em delegar uma positividade ao Ocidente, como fazê-lo coincidir *in totum* com uma estratégia pré-definida, que em realidade deveria sempre resultar de uma atenta análise das relações de forças (BIANCHI, 2008, p. 14-15).

No que tange à historiografia, Tosel (1994, p. 42) afirmou que a análise de Gramsci sobre a Revolução respondeu, no campo marxista, as questões colocadas pelo revisionismo, o que pode ser reiterado se considerarmos os conjuntos de conceitos operados por Gramsci na análise da Revolução Francesa – hegemonia, revolução permanente, revolução passiva, guerra de movimento e guerra de posição. As contribuições de Gramsci para a análise da Revolução Francesa foram também apontadas por historiadores como Vovelle (2000) e Hobsbawm (2000). Alguns pontos merecem destaque se quisermos entender os nexos de Gramsci com a historiografia jacobina, precisar suas contribuições para os estudos sobre a Revolução Francesa ou mesmo revisitar os escritos de Gramsci sob as luzes dos novos conhecimentos historiográficos. O confronto com a historiografia mais recente, fortemente amparada em dados empíricos documentais e que precisou a composição e organização dos clubes jacobinos, indica que a aliança cidade e campo propalada por Gramsci não é historicamente fundamentada¹⁶: ela havia ocorrido mais tarde, a partir de 1848, e não na fase de intensa atuação jacobina (VOVELLE, 2000, p. 90). No entanto, esses mesmos estudos demonstram que, a despeito das diferentes nuances e origens de classes, os clubes e associações organizavam suas experiências e atuação de tal modo que permite apontá-los como proto-partido moderno – o que indica também Gramsci (VOVELLE, 2000, p. 96). Outro aspecto considerado fundamental insere-se no debate teórico-metodológico que se pode estabelecer entre Gramsci e a historiografia jacobino-bolchevique. O marxista italiano analisou a Revolução Francesa e os jacobinos superando as explicações fatalistas, que identificavam na necessidade histórica os determinantes dos acontecimentos revolucionários. Essa afirmação, sustentada sobretudo a partir de Tosel (1994), indica que se pode avançar apontando que Gramsci superou o determinismo das explicações da historiografia jacobina, que teve em Mathiez sua expressão emblemática. Isso foi possível pela leitura sobretudo não-determinista das relações entre estrutura e superestrutura, “aplicada” a um evento histórico cuja caráter excepcional foi destacado.

Objetivo geral

Reconstituir a análise de Antonio Gramsci sobre a Revolução Francesa, identificando e analisando as interlocuções que o marxista italiano estabeleceu com a historiografia jacobino-bolchevique (Mathiez) e com a historiografia italiana liberal (Cuoco e Croce).

¹⁶ Como a pesquisa de Agulhon (1984) sobre as relações entre os jacobinos e as sociedades secretas da França meridional e os estudos de Kennedy (1989) sobre a composição das associações jacobinas em diferentes localidades francesas.

Objetivos específicos

1) *Para Medici (2000, p. 150), Mathiez foi a principal fonte e interlocutor de Gramsci para a abordagem da Revolução Francesa. Mathiez é sobremaneira relevante na medida em que é a partir do contato com obras do francês houve a inflexão positiva do marxista italiano diante do fenômeno do jacobinismo no período anterior à prisão que foi amadurecida no Cadernos. Isso posto, objetiva-se:*

a) Estabelecer como jacobinos e jacobinismo foram abordados por Mathiez.

b) Verificar como o autor construiu a analogia entre a Revolução Francesa e a Revolução Russa (1917).

2) *A historiografia liberal italiana estabeleceu comparações entre a trajetória histórica da Península e a Revolução Francesa. Nessa tendência destacam-se Cuoco e Croce. Ambos exerceram inegável influência na historiografia italiana e, conseqüentemente, formataram o “contexto linguístico”¹⁷ a partir do qual operou Gramsci. Assim, pretende-se:*

a) Estabelecer como jacobinos e jacobinismo foram abordados pela historiografia italiana liberal, em especial por Cuoco e Croce.

b) Verificar como os autores construíram a analogia entre a Revolução Francesa e a história da Itália, considerando o Triênio Jacobino (1796-1799) e o *Risorgimento*.

3) *Antonio Gramsci abordou a Revolução Francesa e o jacobinos em textos redigidos desde a década de 1910 até o período do cárcere. Nesses escritos podem ser identificadas reflexões que dialogam com a historiografia, com a teoria política e com o presente da Revolução Russa; além expressarem suas concepções sobre a história e filosofia da história. Porém, fundamentalmente, a exploração das fontes historiográficas objetivava o desenvolvimento da teoria política e a reflexão sobre a estratégia revolucionária, o que a construção conceitual do jacobinismo pode demonstrar. Pretende-se:*

a) Estabelecer como jacobinos e jacobinismo foi abordado por Gramsci.

b) Verificar como o autor construiu a analogia entre a Revolução Francesa e a Revolução Russa (1917).

Hipóteses

a) A Revolução Russa colocou novos problemas à teoria política, que Gramsci buscou responder recorrendo à produção sobre a Revolução Francesa. Dessa forma, a categoria jacobinismo não é apenas histórica, mas está vinculada à reflexão sobre a estratégia política das classes subalternas e foi incorporada ao léxico gramsciano após o processo intelectual de maturação desenvolvido no período carcerário, quando passou a compor seu núcleo central.

b) Enquanto a Revolução Francesa foi abordada pela historiografia (Mathiez) enfatizando-se a autonomia dos processos históricos em relação às ações dos atores políticos, no que se pode ler uma concepção fatalista da história; em Gramsci encontra-se uma reconstrução dos nexos entre os atores (jacobinos) e a história. Isso porque considerou o grupo político jacobino como formulador e divulgador de uma linguagem realista – ou seja, vinculada ao movimento histórico concreto - e organizador de uma ação política eficaz que interferiu no fluxo dos eventos, acelerando-os. A formulação de Gramsci respondeu, antecipadamente, as críticas feitas pelo revisionismo liberal da Revolução Francesa (TOSEL, 1994). Assim, pode-se afirmar que Gramsci superou a historiografia jacobina, na medida em que não atribuiu ao processo revolucionário fatores causais de tipo determinista, mas relacionou o cenário fecundo de *possibilidades* revolucionárias com o protagonismo dos jacobinos. Por outro lado, ao dar ênfase aos jacobinos, aproximou-se dos historiadores clássicos e distanciou-se da perspectiva revisionista que identifica no grupo ativo de 1793-1794 um acidente histórico ou derrapagem (FURET, 1989; 2001) ou vê seu conteúdo como abstração (perspectiva liberal italiana).

¹⁷ Contexto linguístico entendido nos termos de Skinner (1969) que destacou as relações que a linguagem detém com o contexto em que é emitida, pois tal contexto configura um conjunto de normas e convenções que deve ser reconstruído historicamente para se compreender o sentido das formulações em teoria política. Mais especificamente no que se refere a esta pesquisa, entende-se que a historiografia italiana forneceu um conjunto de formulações conceituais sobre a Revolução Francesa cuja constância ou instabilidade no pensamento de Gramsci deve ser estudado.

c) Albert Mathiez, em *La Révolution française*, corroborou a tese da fragilidade teórica e histórica do vínculo entre crise econômica e revolução. Gramsci apontou que tal vínculo, recorrente na história vulgar tradicional, foi refutado por Mathiez ao afirmar que em 1789 a situação econômica era estável e, portanto, não se poderia dizer que de uma situação de miséria derivou a crise do Estado absolutista (Q 4, § 38, p. 459). Importante destacar que ao diferenciar Mathiez da história vulgar tradicional, Gramsci distancia-se de autores tanto jacobinos como revisionistas que afirmam Mathiez como a síntese da historiografia jacobina-bolchevique (FURET, 1989; VOVELLE, 2000; HOBSBAWM, 2001). Nesse sentido, afirma-se que Gramsci operou conscientemente o conteúdo historiográfico jacobino, recorrendo a Mathiez na medida em que ele contribuiu para responder uma questão vinculada às preocupações teóricas e políticas fundamentais no contexto de Gramsci: as relações entre estrutura e superestrutura em um contexto revolucionário.

Material, métodos e análise dos resultados

Para apreender o conteúdo historiográfico que serviu de aporte para a interlocução de Gramsci com Mathiez recorrer-se-á fundamentalmente *La Révolution Française* (3 volumes) e aos artigos de Mathiez publicados entre 1920 e 1922 no jornal comunista *L'Humanité* (disponíveis na biblioteca virtual Gallica: <://gallica.bnf.fr/>). De forma secundária serão analisadas as obras *Autour de Robespierre* (MATHIEZ, 1957) e *Autour de Danton* (MATHIEZ, 1926), que reeditaram grande parte da produção de Mathiez para a *Annales historiques de la Revolution française*. Nessas obras pretende-se verificar como foi tratado o período jacobino e delinear a teoria da história sustentada pelo autor. De forma complementar será feita a revisão da historiografia jacobina, o que permitirá apreender em que medida Mathiez compartilhou os pressupostos dessa tendência historiográfica e, ainda, verificar a hipótese de que Gramsci rompeu com tal trajetória interpretativa.

Cuoco e Croce nos permitirão delinear as características da produção historiográfica liberal italiana. Portanto, deve-se analisar a obra de Cuoco, *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli* (CUOCO, 1863) e a produção de Croce que permite compreender a concepção de história e historiografia com ênfase em *Teoria e storia della storiografia* (CROCE, 1925) e *La storia come pensiero e come azione* (CROCE, 1943) e nas obras de análise histórica *Storia d'Europa nel secolo decimonono* (CROCE, 1999) e *Storia del regno di Napoli* (CROCE, 1925). Na análise dessas obras buscaremos fundamentalmente estabelecer as continuidades e rupturas por parte de Gramsci com essa tradição do pensamento no que tange à análise da Revolução Francesa e à teoria da história.

A Revolução francesa e o jacobinismo são objetos de reflexão de Gramsci desde os escritos do *L'ordine nuovo* (1910) até o período da prisão (1929 a 1935). A pesquisa centrar-se-á na edição crítica dos *Quaderni del carcere* organizada por Valentino Gerratana (GRAMSCI, 1977) e *Lettere del carcere* (GRAMSCI, 1965); os escritos de juventude serão abordados a partir da coletânea *Escritos político* (GRAMSCI, 2004). Atendo-se aos objetivos da pesquisa, será delegada atenção aos textos que tratam da temática Revolução Francesa e jacobinos/jacobinismo. A trajetória e as inflexões de Gramsci diante dessa temática podem ser compreendidas apenas se o pesquisador ater-se ao ritmo de criação dos textos gramscianos. É possível aproximar-se desse ritmo pelo método genético diacrônico (BIANCHI, 2008) que fundamentalmente propõe a análise dos escritos de Gramsci: a) considerando o fluxo temporal da produção e o ritmo de desenvolvimento da reflexão, atendo-se ao processo de redação/revisão dos parágrafos; b) reconstruindo o diálogo com as fontes, sejam aquelas com as

quais estabelece uma relação de descendência, pautada na reelaboração e apropriação crítica; seja com as que utiliza na pesquisa, especialmente com as caráter historiográfico; b) tecendo as relações de complementaridade dos conceitos operados e, no que interessa a esta pesquisa, entre aqueles utilizados na análise da Revolução Francesa: hegemonia, revolução passiva, revolução permanente, guerra de posição, guerra de movimento e jacobinismo.

Plano de trabalho e cronograma de execução

SEMESTRE	1	2	3	4	5	6	7	8
Obtenção de créditos em disciplinas (etapa concluída)	█							
Estágio de docência			█	█				
Estudo das obras de Gramsci	█	█	█	█				
Estudo das obras de Mathiez			█	█	█			
Estudo das obras de Cuoco e Croce					█	█		
Revisão historiografia sobre a Revolução Francesa					█	█	█	
Revisão comentadores de Gramsci						█	█	█
Redação do relatório e exame de qualificação					█	█	█	█
Redação final e defesa da tese						█	█	█

Referências Bibliográficas

- AGGIO, Alberto. A revolução passiva como hipótese interpretativa da história política latino-americana. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998.
- AGULHON, Maurice. *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence : essai sur la sociabilité méridionale*. Paris: Fayard, 1984.
- ARECO, Sabrina. Jacobinos e jacobinismo nos Cadernos do Cárcere. In: *Anais do Colóquio Nacional Marx e Marxismo*, 2011, Niterói-RJ. *Anais...* Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2011.
- BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BURGIO, Alberto. *Gramsci storico: una lettura dei "Quaderni del carcere"*. Roma: Laterza, 2003.
- CANTIMORI, Delio (a cura di). *Giacobini italiani: nota conclusiva*. Laterza: Bari, 1956.
- CARTER, Nick. *Modern Italy in Historical Perspective*. London - New York: Bloomsbury Academic, 2010.
- COBBAN, Alfred. *A Interpretação Social da Revolução Francesa*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- CORREA, Priscila Gomes. *História, política e revolução em Eric Hobsbawm e François Furet*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CROCE, Benedetto. *La storia come pensiero e come azione* Bari: Gius. Laterza & Figli, 1943.
- CROCE, Benedetto. *Storia del regno di Napoli*. Bari: G. Laterza & figli, 1925.
- CROCE, Benedetto. *Storia d'Europa nel secolo decimonono*. 2. ed. Milano: Adelphi, 1999.
- CROCE, Benedetto. *Teoria e storia della storiografia*. Bari: G. Laterza, 1941.
- CUOCO, Vincenzo. *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*. 2 ed. Napoli: Lombardi, 1863.
- DE FELICE, Renzo. *Italia giacobina*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1965.
- FRIGUGLIETTI, James. Albert Mathiez, an Historian at War. *French Historical Studies*, v. 7, n. 4, p. 570-586, 1992.
- FRIGUGLIETTI, James. The Ardent Historian of an Ardent History: Albert Mathiez . In: SLAVIN, Morris.
- FURET, François. OZOUF, Mona. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FURET, François; RICHET, Denis. *La Révolution Française*. Paris: Gallimard, 1965.
- FURET, François. *Pensar a revolução francesa*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- FURET, François. *A Revolução em Debate*. Bauru: Edusc, 2001.
- GALASTRI, Leandro de Oliveira. Revolução passiva e jacobinismo: uma bifurcação da história. *Filosofia e educação*, v. 2, n. 1, p.101-125, abril-setembro, 2000.

- GERVASONI, Marco. *Antonio Gramsci e la Francia: dal mito della modernità alla “ciência da política”*. Milano: Edizioni Unicopli, 1998.
- GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson (coaut.). *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. *Lettere dal Carcere* (a cura di Sergio Caprioglio e Elsa Fubini). Torino: Einaudi, 1965.
- HOBSBAWM, E. J. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFMG, 2005a.
- JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, p.27-38, fevereiro, 2005b.
- JAURÈS, Jean. *Histoire socialiste de la révolution française*. Paris: Bibliothèque du Bicentenaire de la Revolution Francaise, 1989.
- KENNEDY, Emmet. *A cultural history of the French Revolution*. New Haven ; London: Yale Univ.,1989.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futures past: on the semantics of historical time*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1985.
- KOSELLECK, R. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- LALANDE, Andre. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LEFEBVRE, Georges. *O surgimento da Revolução Francesa*. SP: Paz e Terra, 1978.
- LEMMI, Francesco. *Le origini del Risorgimento italiano: 1789-1815*. Milano: U. Hoepli, 1906.
- LOSURDO, Domenico. Os primórdios de Gramsci: entre o Risorgimento e a I Guerra Mundial. *Cad. CEDES*. Campinas, v. 26, n.70, p. 291-310, 2006.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A sagrada família* ou, crítica da crítica contra Bruno Bauer e consortes. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MATHIEZ, Albert. *Autour de Danton*. Paris: Payot, 1926.
- MATHIEZ, Albert. *Autour de Robespierre*. Paris: Payot, 1957.
- MATHIEZ, Albert. *História da revolução francesa*. São Paulo: Atena, [19-]. 3v.
- MATHIEZ, Albert. *La Révolution Française*. Lyon: Editions La Manufacture, 1989. 3 v.
- MATHIEZ, Albert. *Le bolchévisme et le jacobinisme*. Paris: Librairie du Parti Socialiste et de l’Humanité. 1920.
- MEDICI, Rita. *Giobbe e Prometeo: filosofia e politica nel pensiero di Gramsci*. Firenze: Alinea, 2000.
- MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RAO, Anna Maria. Lumières et révolution dans l’historiographie italienne. *Annales historiques de la Révolution française*, n. 334, octobre-décembre 2003.
- SANTATO, Guido. *Il giacobinismo italiano*. Utopie e realtà fra Rivoluzione e Restaurazione. Padova: Vallardi, 1990.
- SERENI, Emilio. *Il capitalismo nelle campagne (1860-1900)*. Torino: Einaudi, 1980.
- SILVA, Ricardo. Pierre Rosanvallon e as Metamorfoses da Legitimidade Democrática. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2009, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Rio de Janeiro-RJ, 2009. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br>. Acesso em: 29 dez. 2011.
- SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n.1, p. 3-53, 1969.
- SOBOUL, Albert. *Comprendre la Révolution: problèmes politiques de la révolution française (1789-1797)*. Paris: F. Maspero, 1981.
- SOBOUL, Albert. Jaurès, Mathiez et l’histoire de la Révolution. In: *Annales historiques de la Révolution française*. N°237, 1979.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília-DF: Edunb,1979.
- TOSEL, André. Gramsci e a revolução francesa. *Novos Rumos*, São Paulo, v. 9, n. 22, 1994, p. 42.
- VIANNA, Luis Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998.
- VOVELLE, Michel. *Jacobinos e Jacobinismo*. Bauru: EDUSC, 2000.
- WOOLF, Stuart J. La rottura rivoluzionaria com il passato (1789-1799). In: *Storia d’Italia*. Torino: G. Einaudi, 1972, v 3.